

5. Considerações Finais

Ao final desta caminhada, acreditamos que algumas questões levantadas e condutoras deste estudo foram respondidas. Outras ainda exigem mais reflexões que o tempo futuro certamente colherá. Há, ainda, as questões que se impuseram no decurso do estudo, auxiliando na aclaração da compreensão da complexa e dinâmica atuação social dos empresários. Estas possibilitaram a ampliação do nosso mirante de observação.

A atuação social dos empresários, na contemporaneidade, configurada como *responsabilidade social empresarial*, é considerada, neste estudo, dentro do movimento maior da sociedade brasileira, em seu processo de se industrializar. Temos como pressuposto que esta intervenção social, antes de ser uma novidade na atuação dos empresários, conta com uma longa trajetória que remonta aos primórdios do desenvolvimento industrial no país. Investir no “social”, nos serviços sociais na perspectiva do capital, foi uma prática recorrente.

Nesta trajetória, foram estruturados diferentes modelos de intervenção que identificamos como **controle, incorporação e gerenciamento do “social”**. Cada um deles expressa tanto o enfrentamento da relação capital x trabalho como a busca de **legitimação do processo de acumulação**, ao nível interno de sua força produtiva, como externamente, envolvendo em escalas crescentes o conjunto da sociedade.

Identificar os conflitos, fruto da relação capital x trabalho, na fase atual - gerenciando o “social” - exigiu recorrer aos recursos das *medias*. Identificá-los, chegar até eles por essa via não foi tarefa fácil, mas foi o caminho possível e que deu materialidade à hipótese levantada. Na contemporaneidade, os conflitos de classes foram embaçados pelas estratégias de controle e expansão do capital, expostas anteriormente, marcando o consenso entre as classes como o arranjo do possível e viável na relação capital x trabalho. Optamos por trazer vários conflitos ao longo do sistema intermodal da empresa em tela, a fim de demonstrar que o conflito existe apesar da cortina de fumaça produzida por aquelas estratégias, existindo uma unidade na ampla diversidade dos conflitos.

Com o *movimento de responsabilidade social* essas atuações não só persistem como são amplamente complexificadas. Elas são agora configuradas em **indicadores que devem balizar o desempenho empresarial** e são amplamente divulgadas por entidades exclusivamente fundadas para aglutinar esforços e socializar essa perspectiva.

Em tempos de crise estrutural do capital, em que a sua dinâmica auto-expansionista e seu processo de acumulação sofrem o risco do “fechamento do que Mészáros denomina de círculo vicioso da incontrolabilidade estrutural do capital” (Paniago, 2007, p. 168), e ameaçando o centro vital de seu sistema, o capital vive sua mais séria crise de legitimidade. Isto significa dizer que o modo de ser capitalista se reproduz também e se legitima eticamente através de seu conjunto de normas, valores, representações pertinentes às necessidades objetivas de (re) produção da sociabilidade mercantil, o que possibilita a coesão social que favorece a legitimação da ordem social burguesa (Barroco, 2008, p. 161).

[. . .] a ameaça da incontrolabilidade não está muito distante de resultar em conseqüências igualmente trágicas. Se o caminho da integração global do capital e, por conseguinte, o processo da “transferência das condições e reprodução social para o exterior das empresas e indústrias particulares (. . .) se completar historicamente, o capital como sistema de controle se extralimitará de maneira irreversível”, uma vez que não pode retornar para uma “condição anterior (menos integrada e expandida globalmente), nem pode continuar seu impulso expansionista global na escala requerida.” Nesta esfera é isso que significa crise estrutural: “bloqueio de novos territórios sobre os quais o capital poderia estender seu domínio e aos quais poderia ‘exportar’ suas contradições”.

Nesse sentido, a atuação social empresarial busca com suas intervenções manter integrada a sociedade, ao mesmo tempo em que oculta os conflitos sob o véu da defesa da cidadania. Pode-se verificar com os conflitos analisados que existem limites no tocante a eles ganharem ampla visibilidade na sociedade. Mesmo no caso dos filmes disponíveis no *You Tube*, quando se toma exclusivamente como perspectiva de análise os números de suas exibições pelo referido site. Identificamos que alguns possuem um número pequeno de acesso, alguns com 902, 1254, 502 etc. Mas há que se ressaltar que o fato deste material estar disponível ele é fonte permanente de divulgação do que antes era desconhecido. Dar visibilidade, usar de seu direito de expressar os seus direitos negados é ter a

possibilidade de se fazer sujeito na cena de sua história, é desnudar conflitos que são sistematicamente descaracterizados como tal sob o véu do consenso, da solidariedade entre colaboradores e empresários, é construir mais uma via de luta e resistência.

De acordo com Cesar (2008, p. 159-160,) o empresariado, a partir dos anos noventa, buscou estabelecer um projeto integrador capaz de articular o “todo social”. O empresariado passou a construir uma atuação mais articulada e com inovações no âmbito da difusão do pensamento, substituindo “a defesa exclusiva dos interesses empresariais [. . .] pela negociação de interesses divergentes e pela busca de soluções conjuntas”. Como assevera a referida autora, esta atitude foi em grande medida devida as mudanças ocorridas na década de oitenta, especialmente aquelas advindas do processo de democratização e, na seqüência, da incorporação da programática neoliberal, não permitindo mais que os conflitos e tensões entre as classes e frações de classe.

Considerando nossa hipótese de que um dos elementos fundamentais da RSE é estruturar, também, uma contraface à emergência de conflitos internos e externos aos interesses do capital, o estudo pautou-se pela identificação da manifestação contraditória entre intervenção e conflito social. Neste sentido, descobrir os conflitos, conhecer os processos de sua instalação, sua dinâmica nos possibilitou comprovar a nossa hipótese.

Em “tempos de capital fetiche”, a riqueza aparece como advinda das instituições financeiras, que ocultam o trabalho que verdadeiramente a produz. Como destacamos nos percursos e opções teóricas, os grupos transnacionais hoje vêm assentando a dominação política e social do capitalismo, mas são as instituições financeiras que comandam o movimento da acumulação (Chesnais, 2000). Se estes criaram “braços financeiros” para intensificar o seu processo de acumulação, a manutenção, o controle social, far-se-á também com “modernos” recursos. Hoje, são os “braços sociais” que também atuam, mas não exclusivamente, nos processos de controle social, ao mesmo tempo em que legitima o capital. Incorporam o “social” sob a lógica modelar da gestão social, contemporaneamente, gerenciando o controle do “social”.

O Estado, com a sua reforma estrutural, deu legitimidade ao setor privado para que este, munido das condições necessárias, promovesse o desenvolvimento

social. As empresas, portadoras de uma racionalidade reconhecida como eficiente e eficaz no campo dos negócios, passaram a operar sistematicamente no campo social. Devidamente qualificadas e amparadas pelo marco legal do terceiro setor, as empresas socialmente responsáveis recebem certificações de sua atuação social.

Na dinâmica e complexa realidade social em que se processa essa intervenção social, os seus resultados se tornam também uma valiosa moeda para as empresas através do balanço social. Notadamente, com ele e por meio dele, as empresas podem se tornar uma empresa socialmente responsável. Este reconhecimento as possibilita ter uma maior valorização no mercado de capitais, e, portanto, promovem operações mais rentáveis às empresas socialmente responsáveis, dentro da atual dinâmica capitalista

As empresas hoje possuem entidades específicas para cuidar do “social”. Desenvolvem tecnologias para o campo social, atuam em programas, projetos, ações nas diversas áreas: saúde, educação, assistência social, meio ambiente etc. Constituem quadros técnicos especializados, investem em suas qualificações dentro dos parâmetros que têm como os mais adequados aos seus propósitos, dando direção ao que deve ser conhecido e ao processo dessa aprendizagem.

Quanto a este aspecto, o da qualificação profissional, nos modelos anteriores, uma primeira atenção voltou-se para uma educação pelas vias do disciplinamento da força de trabalho com suas estratégias de moralização de toda a família operária. Na sequência, a qualificação foi ampliada com a criação de instituições para a promoção da especialização da mão-de-obra. Ao trabalhador, era oportunizada a sua educação técnica, exigências das mudanças da industrialização daquele período.

Hoje, as empresas aprofundaram as suas exigências na qualificação de seu profissional. Enveredam-se na educação de nível superior e investem nas universidades corporativas, sob a alegação de que as universidades tradicionais não formam profissionais para o mercado. Justificam que têm demandas específicas de capacitação, voltadas para o desenvolvimento de competências para o sucesso do negócio. Para tanto, as empresas valorizam a aprendizagem por meio da ação; os valores e crenças da empresa são difundidos nos processos educativos, a cultura empresarial é mais amplamente desenvolvida.

Outro aspecto que ressaltam é que, por meio da educação corporativa, criam uma cidadania para o sucesso da empresa, para cliente e comunidade. Passam a difundir para toda a sociedade relações pautadas nos valores de justiça, liberdade e igualdade, notadamente através de sua intervenção social. Tal como assevera César (2008, p. 306), “no discurso empresarial, tais relações se inscrevem numa suposta comunidade integrada, onde o incentivo à solidariedade e à cooperação elimina os antagonismos de classe e estabelece a “paz social”. Acreditamos que a atuação social cumpre essa função. Busca apaziguar e obstaculizar a percepção das contradições aprofundadas pelo capitalismo contemporâneo, recorrendo-se à construção de propostas de intervenção social que vão ao encontro de sua cultura empresarial.